



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério da Economia e Finanças
Gabinete de informação Financeira de Moçambique

Comunicado de Imprensa

“Moçambique reafirma compromisso na prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa”.

Maputo, 21 de Outubro de 2022 - O Governo de Moçambique tomou nota que, apesar dos vários esforços em curso para fortalecer a infraestrutura de combate aos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e a estreita cooperação com o Grupo de Acção Financeira (GAFI) e os seus parceiros multilaterais, o país foi colocado sob a lista de jurisdições de vigilância acrescida do GAFI, referida externamente como a “lista cinzenta”

A colocação de Moçambique sob vigilância reforçada por parte do GAFI, destina-se a assegurar que as autoridades nacionais eliminem com celeridade as deficiências estratégicas identificadas no seu sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo na Avaliação Mútua do país realizada em 2019, cujo Relatório foi publicado Junho de 2021 pelo o Grupo de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais da Africa Austral e Oriental (ESAAMLG).

O Governo e todos os órgãos relevantes para este processo estão totalmente comprometidos com os esforços para fortalecer a integridade do sistema financeiro nacional e internacional e continuarão a trabalhar arduamente, em

colaboração com o GAFI, para implementar as medidas recomendadas pelo GAFI nas áreas de melhoria identificadas.

Através do Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFiM), o Governo vem trabalhando em estreita cooperação com o GAFI, mas também com os países da África Austral e Oriental; assim como parceiros financeiros e técnicos destacando-se a França, os Estados Unidos da América, o FMI, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a UNODC e o instituto de Basileia, demonstrando a colaboração da comunidade internacional.

Neste contexto uma série de medidas tem vindo a ser tomadas, nomeadamente (i) A aprovação pelo conselho de ministros da estratégia contra o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo, (ii) a aprovação da Revisão da Lei do Branqueamento de Capitais pela Assembleia da República, (iii) a Lei de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa entre outras que o Governo está a tomar de forma determinada.

O Estado está totalmente comprometido com estes esforços e continua altamente focado na implementação das medidas adicionais recomendadas necessárias para melhorar ainda mais a transparência e fortalecer a estabilidade do sistema financeiro do país”.